

JUL 27

04 12 06

BV LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**COMPANHIA ABERTA****CNPJ/MF Nº 01.858.774/0001-10****NIRE Nº 35.300.150.082****ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,****REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2006**

I. DATA, HORÁRIO E LOCAL - Dia 27 de novembro de 2006, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Amazonas n.º 439, 11.º andar, no município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo. **II. CONVOCAÇÃO** - Dispensada, tendo em vista a presença de todos os acionistas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76. **III. PRESENÇA** - Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". **IV. MESA DIRIGENTE** - José Ermírio de Moraes Neto, Presidente; Milton Roberto Pereira, Secretário. **V. DELIBERAÇÕES** - Foram aprovados, por unanimidade, **(1)** o programa de distribuição pública de notas promissórias e/ou debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais ("Valores Mobiliários"), no montante máximo de R\$12.000.000.000,00 (doze bilhões de reais), de emissão da Companhia ("Programa de Distribuição"). A Companhia poderá realizar emissões dos Valores Mobiliários ao amparo do Programa de Distribuição a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos contados da data de seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários e o montante máximo estipulado no Programa de Distribuição. Os termos e condições de cada uma das emissões ao amparo do Programa de Distribuição serão deliberados pelo órgão competente da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social e na legislação aplicável, por ocasião das respectivas emissões; **(2)** a segunda emissão de debêntures pela Companhia, sendo esta a primeira amparada no Programa de Distribuição, bem como sua distribuição pública no mercado interno, de acordo com as seguintes características previstas na Escritura de Emissão





JUL 2017

04 12 05

Liquidação e Custódia - CBLC. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; (xiii) negociação: a emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures - SND e do Sistema BovespaFix; (xiv) pagamento do Valor Nominal: o Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento; (xv) remuneração: sobre o Valor Nominal das Debêntures incidirão, desde a Data de Emissão ou a Data de Vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos ("Remuneração"); (xvi) pagamento da remuneração: a Remuneração será paga em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à Data de Vencimento; (xvii) período de capitalização: o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos na Escritura



JUL 2017

04 12 05

de Emissão ("Período de Capitalização"); (xix) vencimento antecipado: o agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal das debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, e encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (a) intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia, pedido de autofalência apresentado pela Companhia, decretação de falência da Companhia, se permitido pela legislação, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial formulado ou iniciado pela Companhia ou dissolução, liquidação ou extinção da Companhia; sendo que, em qualquer dos casos destas hipóteses, o pagamento das Debêntures se subordinará ao pagamento dos demais passivos da Companhia; (b) não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados das suas respectivas datas de vencimento; (c) não cumprimento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento de aviso escrito neste sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia decorrente de inadimplemento contratual, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizados anualmente desde a Data de Emissão pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA") (ou seu contravalor em outras moedas); (e) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia ou constituição em mora da Companhia por atraso no pagamento de obrigações, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizados anualmente desde a Data de Emissão pela variação do IPCA (ou seu contravalor em outras moedas), exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do protesto ou da constituição em mora,



JUL 2015

04 12 05

conforme o caso, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto ou a constituição em mora foi efetuado por erro ou má fé de terceiro, o protesto ou a constituição em mora foi cancelado ou o valor do(s) título(s) protestado(s) ou da obrigação em mora foi depositado em juízo; (f) transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Companhia para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras, diretas ou indiretas, ou para pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, diretas ou indiretas; (g) pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto pelo pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei n.º 6404/76, caso a Companhia esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão; ou (h) transformação da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada; **(3)** a delegação de poderes ao conselho de administração da Companhia para que este (i) delibere ou altere as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; (ii) cancele as debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; (iii) cancele as debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do agente fiduciário de que as debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Companhia; **(4)** em decorrência das deliberações acima, fica a administração da companhia autorizada a tomar todas as providências no sentido de promover o arquivamento do Programa de Distribuição e o registro da distribuição da Segunda Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, bem como para negociar e celebrar a Escritura de Emissão e assinar toda e qualquer documentação relativa ao Programa de Distribuição, à distribuição e à Segunda Emissão, contratar agência(s) de classificação de risco (*rating*), instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das debêntures, bem como contratar o agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários; **(5)** confirmar e ratificar todos os atos relativos ao Programa de Distribuição e à Segunda Emissão que tenham sido praticados pela diretoria

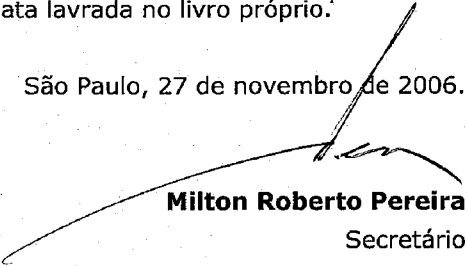


JUCESP
04.12.06

anteriormente a esta data. **VI. OBSERVAÇÕES FINAIS** - O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação. Os trabalhos foram então suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais acionistas presentes. (aa) José Ermírio de Moraes Neto, Presidente; Milton Roberto Pereira, Secretário; p. Banco Votorantim S.A., Marcus Olyntho de Camargo Arruda e Milton Roberto Pereira; José Ermírio de Moraes Neto; Wilson Masao Kuzuhara e Marcus Olyntho de Camargo Arruda.

A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

São Paulo, 27 de novembro de 2006.


Milton Roberto Pereira
Secretário

